

rumos da luta

um jornal a serviço da classe operária e camponesa

Uma publicação da Célula Comunista de Trabalhadores (CCT) e da União Reconstrução Comunista (URC)

rumosdaluta@gmail.com

Número #02 MAIO/2021



Bolsonaro e a economia

Que Bolsonaro é um defensor dos assassinatos ocorridos durante o regime militar, já se sabe há muito tempo e ele nunca escondeu isso. Seu desprezo pela situação dos trabalhadores também é conhecida. No último mês, todas as medidas tomadas por seu governo tendem a piorar nossas condições de vida. O aumento na taxa básica de juros é para estimular a permanência de capitais especulativos no país. Está anunciado para maio um aumento de 39% no preço do gás, a desnacionalização da economia segue firme. A Petrobrás é a face mais visível do processo, mas não a única. Todavia, aqueles que atacam o governo Bolsonaro, e em particular a figura do presidente, não apresentam uma proposta muito diferente. Se a tivessem, a teriam colocado em prática quando estiveram no governo. (PÁGINA 2)

O caso George Floyd e o caminho da luta contra o racismo

Página 5

Aumenta a exploração da mão de obra infantil em nosso país

Página 6

O desemprego no Brasil: mulheres são as mais afetadas pela crise

Página 7

O PROBLEMA AGRÁRIO BRASILEIRO E A LUTA DAS MASSAS TRABALHADORAS RURAIS

Página 4



Neste Primeiro de Maio, retomar a luta pela redução da jornada de trabalho, sem redução de salário!

rumos da luta

um jornal a serviço da classe operária e camponesa

APOIE O JORNAL RUMOS DA LUTA!

Para viabilizar os custos do nosso jornal, desenvolvemos um processo de assinaturas únicas de apoio, no valor de R\$ 100 (cem reais), com a qual você passa a receber mensalmente em sua casa um exemplar e assim também contribui com o desenvolvimento da nossa publicação.

Se você tiver interesse em assinar e nos apoiar, envie um e-mail para rumosdaluta@gmail.com ou pelo site www.novacultura.info/jornal

Jair Bolsonaro e a Economia



Antes de mais, quando falamos de economia aqui, estamos falando de economia capitalista, posto que não existe uma economia em geral, como querem algumas análises. Na economia capitalista ocorrem crises cíclicas e periódicas, que fazem parte de seu funcionamento normal. Essas crises, se resolvidas a partir dos interesses de classe da burguesia, necessitam da destruição de forças produtivas (empregos, empresas, etc.), para que um novo ciclo de acumulação se inicie.

É importante entendermos que, para que um novo ciclo de acumulação capitalista se inicie e a economia volte a crescer, é preciso um nível maior de exploração sobre os trabalhadores. É o que vem ocorrendo. No plano mundial, a burguesia vai superando a crise de forma tradicional. Destruói forças produtivas, com as demissões em massa em quase todos os países. Junto com os empregos, eliminam-se os direitos dos trabalhadores. As falências das empresas mais fracas vão ocorrendo e as mesmas são incorporadas pelas maiores. No Brasil os pedidos de falência aumentaram 12% em 2020.

Conforme afirmamos na edição #00, a crise sanitária se sobrepôs às demais crises que vivemos e vem sendo apresentada como causa de todos os nossos males. Mas, lembremos que a atual crise capitalista já se insinuava e sua eclosão foi prevista em algumas análises no final de 2019 e início de 2020. Lembremos ainda que no início do ano passado, um atentado organizado pelo governo dos EUA matou no Iraque o general iraniano Qasem Soleimani, o que indicava que os EUA reiniciariam provocações visando desencadear mais um conflito naquela região.

As guerras, desde que não coloquem em risco a continuidade do capitalismo nos países em que ocorrem, vem sendo há muito tempo usadas para “resolver” as crises do sistema, pois também são um ótimo meio de destruir forças produtivas, com bombardeios que arrasam cidades inteiras. Quem vai lucrar com a reconstrução do que foi destruído são justamente as empresas dos países imperialistas e suas aliadas locais, que patrocinam a destruição. Esses aspectos do funcionamento do capitalismo são cuidadosamente escondidos por certos analistas, pagos para embelezar o sistema.

O que Bolsonaro tem a ver com isso?

Bolsonaro vem sendo acusado em certos meios de ser o principal responsável pela crise em curso. Editoriais dos jornais burgueses criticam, por exemplo, o aperto na política de crédito do governo. Recentemente, um manifesto assinado por grandes empresários cobrou do presidente outra postura diante da pandemia. Mas esses mesmos críticos não atacam Paulo Guedes, o poderoso e privatista

ministro da Economia. E onde estavam esses críticos quando os sucessivos governos privatizavam tudo, inclusive o sistema de saúde?

O fato é que a burguesia, através de seus representantes mais destacados, quer jogar nas costas de Bolsonaro a responsabilidade pela crise capitalista, sobretudo do desemprego enorme e crescente que atinge os trabalhadores. Ela faz isso sempre, qualquer que seja o presidente e partido que estejam no governo, como forma de tentar impedir que os trabalhadores percebam que seus principais problemas são causados pelas contradições insolúveis do capitalismo, e os presidentes, sejam lá quais forem, não são a causa do problema, embora sejam parte dele.

Por estes dias, um anúncio de página inteira publicado nos jornais mais influentes, assinado pelo Bradesco, Santander e Itaú dizia que “não é hora de concorrer, mas de socorrer”. Todos sabemos que esses bancos, aparentemente tão bem intencionados, estão fechando milhares de agências, deixando milhares de pessoas desempregadas, sem nenhuma piedade.

Bolsonaro, que não é bobo nem nada, sabe disso, e por isso mesmo, desde o início da pandemia, esperneia, para não deixar que a imprensa burguesa o responsabilize pelo desemprego. Teve relativo sucesso ao que parece, uma vez que sua popularidade se mantém em níveis razoáveis.

Bem vistas as coisas, a postura de Bolsonaro está totalmente sintonizada aos interesses da burguesia. Quando o governo não toma as medidas corretas para barrar a pandemia, contribuindo com o aumento de mortes evitáveis, está favorecendo a queima de forças produtivas. Afinal, trabalhadores mortos não vão mais procurar empregos, não terão mais direitos à reclamar, não mais usarão o sistema de saúde, nem se aposentarão. Deixar médias e pequenas empresas irem à falência também faz parte desse processo. A maior parte dos recursos disponíveis para empréstimos do BNDES e do Banco do Brasil, são destinados aos grandes grupos econômicos, nacionais e estrangeiros.

Fernanda Lira Goes, em artigo publicado no IPEA (Instituto de Pesquisa econômica Aplicada) informa: “Ao observar os desembolsos totais, inclusive de bens de capitais, a concentração assume quase 46 % dos recursos para um único país, os Estados Unidos”. Os desembolsos aos quais ela se refere são do BNDES. Naturalmente, não se ouve protestos na imprensa burguesa por esses motivos.

Bolsonaro e os interesses populares

Que Bolsonaro é um defensor dos assassínatos ocorridos durante o regime militar,

já se sabe há muito tempo e ele nunca escondeu isso. Seu desprezo pela situação dos trabalhadores também é conhecida. No último mês, todas as medidas tomadas por seu governo tendem a piorar nossas condições de vida. O aumento na taxa básica de juros é para estimular a permanência de capitais especulativos no país. Está anunciado para maio um aumento de 39 % no preço do gás, a desnacionalização da economia segue firme. A Petrobrás é a face mais visível do processo, mas não a única.

Todavia, aqueles que atacam o governo Bolsonaro, e em particular a figura do presidente, não apresentam uma proposta muito diferente. Se a tivessem, a teriam colocado em prática quando estiveram no governo. Criticam Bolsonaro pela gestão econômica, defendendo maior intervenção estatal na economia, como se esta intervenção não estivesse ocorrendo. Dizem que o governo favorece o rentismo, a banca como preferem alguns, não estimulando a produção. Que favorece o “mau capitalismo” em detrimento do “bom capitalismo”.

O Estado burguês existe para garantir a reprodução do sistema capitalista e é controlado pela fração principal das classes dominantes, ou seja, o grande capital. As políticas que esse Estado coloca em prática, são políticas de Estado, não de governo. Como afirma Tom Thomas em “A hegemonia do capital financeiro e a sua crítica”, “querer reduzir e controlar a financeirização para ‘melhorar’ o capitalismo é o mesmo que pedir a um rio para regressar à nascente. E pedir que seja o Estado a fazê-lo é o cúmulo do absurdo, uma vez que a própria existência do Estado resulta das mesmas relações sociais de desapropriação das condições de produção que fundamentam a existência do dinheiro. Enquanto representante da sociedade em geral, o seu primeiro papel é reproduzi-la, quer dizer reproduzir essas relações sociais. É por isso que o Estado não pode deixar de ser, também, o organizador da financiarização”.

No fundo, aqueles que imaginam poder fazer o capitalismo crescer conciliando os interesses da burguesia e do proletariado, como fizeram em passado recente, pensam que podem fazer a roda da história girar para trás. Na sua experiência de governo, enquanto alguns grandes capitalistas ganharam dinheiro como nunca, como não cansa de afirmar um ex-presidente, os trabalhadores acumularam dívidas, e quando a crise sobreveio, tiveram que escolher entre morar ou comer, e mal, a bem da verdade. Daí que boa parte da classe trabalhadora e setores médios empobrecidos não tem saudades dessa experiência.

As contradições do capitalismo, se resolvidas no interesse dos trabalhadores, exigem irmos para frente, para o socialismo e para isso os proletários devem usar métodos proletários.



O capitalismo imperialista e o Brasil

Sabemos que no capitalismo, de tempos em tempos ocorrem crises de superprodução, em virtude de suas contradições internas, sendo que a mais evidente é a concentração de riqueza em mãos de uma minoria e de pobreza para a ampla maioria da humanidade. Na fase imperialista do capitalismo, na qual domina o capital financeiro, fusão dos bancos e da indústria, a manifestação das crises é diferente das primeiras vezes em que ocorreram. Elas se manifestam como estouro de bolhas financeiras, quedas violentas nas operações das bolsas de valores, seguidos do socorro farto e imediato dos governos, que sempre alegam não ter dinheiro para aliviar as carências dos mais pobres, mas que sempre o tem para aliviar as “carências” dos mais ricos.

Sabemos também, embora nem sempre o denunciemos como deveríamos, que certos economistas e demais ideólogos burgueses, evitam chamar as crises capitalistas pelo próprio nome. Eles sempre inventam apelidos para elas, como forma de defender o capitalismo. Afinal, são pagos para isso. A própria palavra capitalismo é muitas vezes evitada. Por vezes, eles preferem falar em “economia de mercado”, ou simplesmente “mercado”.

Para ficarmos apenas em alguns exemplos mais recentes, a crise que vivemos vem sendo chamada de “crise do coronavírus”, a anterior (2008/2009) foi chamada de “crise da bolha imobiliária”, a de 1998/2000 de “crise russa” ou “das indústrias pontocom”, a do final dos anos 80 de “crash da bolsa de Nova York” e a do início dos anos 80 de “crise da dívida”. A anterior a esta foi chamada de “crise do petróleo”, que ocorreu em meados dos anos 70 e marcou o fim dos chamados “anos gloriosos”. Foi a primeira crise após o fim da Segunda Guerra Mundial. Nesse período, a burguesia e seus ideólogos afirmavam que as crises do capitalismo estavam superadas, para sempre.

Pois bem, essas e outras peripécias desses senhores estão expostas em “Brasil – radiografia de um modelo”, de Nelson Werneck Sodré. Livro escrito em 1972, na Argentina. Analisando o chamado “modelo brasileiro de

desenvolvimento”, ele demonstra, entre outras coisas muito importantes, os efeitos das crises cíclicas do capitalismo na sociedade brasileira, desde meados do século XIX.

O livro de Sodré demonstra ainda, de forma concisa e eloquente, o longo processo de transferência de riquezas produzidas no Brasil para os países imperialistas. Mostra os diversos meios através dos quais as empresas estrangeiras auferiram privilégios fartamente concedidos por sucessivos governos “nacionais”: remessa de lucros ilimitada, isenções fiscais, concessão de terrenos públicos, construção de infra-estrutura, empréstimos a juros baixos. Esta é uma pequena mostra das facilidades concedidas pelos nossos governantes para que as empresas estrangeiras aqui se estabelecessem e promovessem o desenvolvimento que temos e que condena dezenas de milhões de brasileiros à condição de párias em seu próprio país.

No momento atual, como afirmamos em edição anterior, todos os nossos males são atribuídos a pandemia do coronavírus e por alguns, ao presidente da república. As contradições do capitalismo e suas conseqüências, que são terríveis para a maior parte do povo, são “explicadas”, na imprensa burguesa, mas infelizmente, não só nela, de forma parcial, de maneira a sugerir soluções mais ou menos fáceis e que, é claro, não coloquem em questão a continuidade do capitalismo por aqui.

No debate sobre a inflação é o que faz Hélio Beltrão, na Folha de S. Paulo de 17 de março de 2021, quando escreve que: “apenas nos últimos 12 meses foram impressos impressionantes 40% de todo o estoque de reais criados desde o início do Plano Real. É um Everest de dinheiro recém criado correndo atrás de menos produtos e serviços, prejudicados pela pandemia”. E mais adiante: “a inflação é, em todos os lugares e em todos os tempos, um fenômeno monetário. Leia-se: uma produção dos bancos centrais”.

Mesmo outros defensores do sistema capitalista contestam essa explicação de Beltrão para o problema da inflação, mostrando que em

uma situação de alto desemprego, a simples emissão de moeda não tem um efeito inflacionário imediato, já que boa parte das pessoas estão comprando apenas o fundamental.

O que não ocorre ao Sr. Beltrão e aos seus colegas que o criticam, é pensar que a inflação tem a ver com a busca pelos capitalistas de aproveitarem-se da crise para aumentarem seus lucros. Os relatórios do Banco Central sobre a alta da inflação no ano passado demonstram que o setor que mais contribuiu com a pressão altista nos preços foi o de alimentos, com destaque para o aumento nos preços da carne, do arroz e do óleo de soja. Aliás, o Sr. Beltrão deveria se recordar bem desta influência dos empresários no aumento dos preços, pois foi ministro do governo Sarney, nos tempos do Plano Cruzado, período em que os fazendeiros, contrariados com o tabelamento de preços, esconderam o boi gordo. A carne sumiu dos açougues e seu preço foi às alturas.

O que não faz o Sr. Beltrão e seus críticos, por motivos compreensíveis, é revelar que o que levou o governo a emitir moeda, elevar a taxa de juros e tomar outras medidas é a necessidade de conter os desequilíbrios econômicos decorrentes das insolúveis contradições do capitalismo, sistema que desejam perpetuar. O desemprego, por exemplo, é uma necessidade para a manutenção do capitalismo em boa ordem, e nem os “desenvolvimentistas” do governo, como o ministro Rogério Marinho, nem seu adversário monetarista Paulo Guedes, tem propostas para solucionar o problema, pois isso contraria a própria lógica do funcionamento do sistema ao qual servem.

O problema da inflação em países como o Brasil, submetidos ao domínio imperialista desde o berço, também é estudado por Werneck Sodré ao longo de sua obra.

Como ainda estamos para conquistar no Brasil um modelo de desenvolvimento que garanta dignidade para a maioria do povo, e efetivas independência e soberania para a nossa nação, acreditamos que o estudo desse livro deve ser estimulado, assim como o conjunto da obra do eminente professor.



O problema agrário brasileiro e a luta das massas trabalhadoras rurais

Recentemente, completou-se vinte e cinco anos do Massacre de Eldorado de Carajás, ocorrido no interior do estado do Pará em 17 de abril de 1996. Na ocasião, policiais militares, seguindo ordens do governador Almir Gabriel (PSDB), abriram fogo e executaram dezessete posseiros que, organizados pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), lutavam pelo direito a cultivar a própria terra. Eram trabalhadores, pais de família, aos quais foi negado o direito elementar não só à terra como à própria vida.

Passados vinte e cinco anos do massacre, a reivindicação dos posseiros pelo direito à terra ainda não foi cumprida. A maioria dos lavradores e trabalhadores rurais brasileiros não cultiva a própria terra. Vivem como meeiros, posseiros, assalariados rurais, sob terrível exploração nas roças, nas quais são obrigados a entregarem aos proprietários, pelo uso das terras, até mais da metade do produto das suas safras. Nem mesmo os pequenos proprietários de terras apresentam situação muito melhor, já que, no Brasil, 1% dos proprietários rurais controla metade das terras agricultáveis, enquanto 82% dos proprietários dividem entre si cerca de 18% das terras agricultáveis.

Com este artigo, pretendemos esclarecer para nossos leitores por que razão é importante conhecer e apoiar a luta pela terra, e por que razão a situação agrária afeta até mesmo aqueles que não trabalham na roça e tem suas vidas estabelecidas nas grandes cidades brasileiras. Desde o século XVI, início da colonização portuguesa no Brasil, desenvolveu-se, como política de Estado, o monopólio da terra, distribuídas entre uma pequena e seleta nobreza, começava assim nossa relação de submissão às potências estrangeiras, todas ávidas por saquear nossas riquezas e reduzir as massas trabalhadoras à condição de miséria. Portugal colonizou o Brasil e estabeleceu o sistema das sesmarias como forma de manter imensas extensões de terras sob controle dos grandes senhores de escravos, para assim controlar a produção dos engenhos e garantir a estabilidade no fornecimento de açúcar para o centro europeu.

Mesmo o passar dos séculos e a decadência portuguesa em relação a outras potências colonialistas não fizeram com que tais potências desistissem de utilizar o atrasado monopólio da terra para manter a exploração de nosso povo. Em especial a Inglaterra que nos séculos XIX e parte do XX, não se interessou em modificar a base fundiária no Brasil, sendo a fiadora da Lei de Terras de 1850, que dissolveu o velho sistema das sesmarias e estabeleceu que o acesso à terra só se daria por meio da compra. Por um lado, manteve intacto o controle da terra pelos velhos senhores, por outro, impediu o acesso à terra por parte das massas trabalhadoras, que eram, até então, majoritariamente composta por mão de obra escrava, na medida em que estas não podiam comprar terras, seja por estarem alijadas deste direito

por se encontrarem na condição de escravas, seja por não terem acesso a somas consideráveis de dinheiro, no caso de homens livres.

Mesmo a Abolição da escravidão de 1888 não alterou a situação de monopólio da terra. Ao contrário, é possível considerar que o monopólio da terra até mesmo se fortaleceu pois, com a exploração do trabalho escravo, os velhos fazendeiros passaram a utilizar ainda mais dinheiro para abocanhar mais terras e diversificar seus negócios, bem como é conhecido o processo pelo qual trabalhadores livres foram expulsos de suas terras pelo uso dos jagunços que o dinheiro proporcionou a estes fazendeiros, seja no momento imediato à abolição, seja no decorrer de todo o século XX.

Ao longo do século XX, os Estados Unidos substituiriam a Inglaterra como principal potência imperialista a oprimir os trabalhadores brasileiros, incentivando a manutenção do sistema de ocupação das terras no Brasil, ou seja, o monopólio latifundiário da terra.

Atualmente, na televisão, vemos que a mídia se esforça em embelezar os fazendeiros, apresentando-os como um setor econômico que “dá certo” mesmo em meio à crise, e que estaria supostamente “carregando o país nas costas”: “O Agro é Pop”!

Mas isso não é verdade. Mesmo controlando metade das terras agricultáveis, tendo acesso à esmagadora maioria do crédito rural e desfrutando de todo tipo de facilidades legais, inclusive e principalmente o monopólio da força, as propriedades com mais de mil hectares fornecem apenas 16% da produção agropecuária do país. Além disso, mais de 70% da área das propriedades de mais de mil hectares se encontra improdutivo, e são assim deixadas apenas como forma de valorização especulativa para que tais terras sejam vendidas dentro de alguns anos a quinze ou vinte vezes os valores pelos quais foram compradas sem que tenha havido qualquer investimento produtivo por parte dos fazendeiros que explicasse estes lucros exorbitantes. Dessa forma, não se gera empregos e não se dinamiza a economia e os fazendeiros terminam por lucrar arrancando de quem realmente produz.

Há 228 milhões de hectares de terras improdutivas e 5 milhões de famílias de agricultores sem-terra. Por um lado, os fazendeiros são apresentados como a solução nacional, por outro, agricultores pobres que ocupam as terras improdutivas e as cultivam para se alimentar são perseguidos, apresentados como invasores e bandidos.

Mesmo as grandes plantações que operam sob alto nível tecnológico – o chamado “agronegócio” – não dinamizam a economia e não geram empregos. Tais plantações se concentram, em sua esmagadora maioria, em apenas três gêneros amplamente aceitos no mercado mundial – soja, milho e algodão –, e sua produção em larga escala, como ocorre no Brasil, só é possível mediante a importa-

ção (ou seja, mediante pagamento em dólar) de grande massa de insumos como agrotóxicos, fertilizantes, tratores, sementes transgênicas, etc. Ou seja, o uso destes insumos só gera empregos nas suas matrizes, impede o desenvolvimento da indústria nacional e, portanto, impede a geração de empregos, seja no campo, seja nas cidades.

Trata-se de um tipo de produção em que não se consome sequer um prego produzido nacionalmente, tudo depende do estrangeiro. E à medida em que o Brasil se afunda cada vez mais nesta produção agroexportadora dependente, é obrigado a expandir ainda mais a produção destas lavouras de exportação, que acabam substituindo a produção interna de alimentos, bem como ocupando as poucas reservas florestais nativas. Produzir dólares para importar insumos é mais importante que produzir alimentos.

Enfim, o monopólio da terra não se limita a impedir a industrialização, impede até mesmo a diversificação agrícola, constringendo o Brasil a comprar de fora até mesmo alimentos que poderia produzir aqui!

Portanto, é possível ver que o monopólio da terra, longe de gerar “progresso”, só serve aos interesses dos fazendeiros e do imperialismo, portanto, do capitalismo. Porém, o monopólio da terra só existe como tal se mantiver, como outra face de sua moeda, uma grande massa de pequenos agricultores empobrecidos que fornecem alimentos para os centros urbanos. Neste sentido, é possível dizer que o monopólio da terra serve também aos capitalistas urbanos. Por quê?

Bem, sabemos que o salário de um trabalhador é formado, em parte, pelo preço dos bens necessários para manter o trabalhador como tal. No Brasil, por média, 1/3 dos salários são gastos com alimentação. Manter uma massa de milhões de agricultores empobrecidos como fornecedores permanentes de alimentos para as cidades é uma das formas de manter rebaixados os níveis salariais (a pobreza compele tais agricultores a venderem a produção por preços baixos). Além disso, em razão da pobreza, estes trabalhadores do campo estão constringidos a uma frequente migração para as cidades, onde acabam se sujeitando a condições de trabalho e níveis salariais de fome, contribuindo para rebaixar ainda mais a remuneração de todos os trabalhadores.

Portanto, defender a luta pelo fim do monopólio da terra, pela entrega da terra a quem nela trabalha, significa defender a melhoria das condições de vida dos trabalhadores da cidade e do campo, assim como o fim deste monopólio representaria um enorme golpe nos interesses do imperialismo e das classes dominantes. As ocupações de grandes fazendas, tão satanizadas pela televisão, são formas importantes de combater as classes dominantes e devem ser apoiadas pelas classes trabalhadoras do campo e da cidade.

O CASO GEORGE FLOYD E O CAMINHO DA LUTA CONTRA O RACISMO

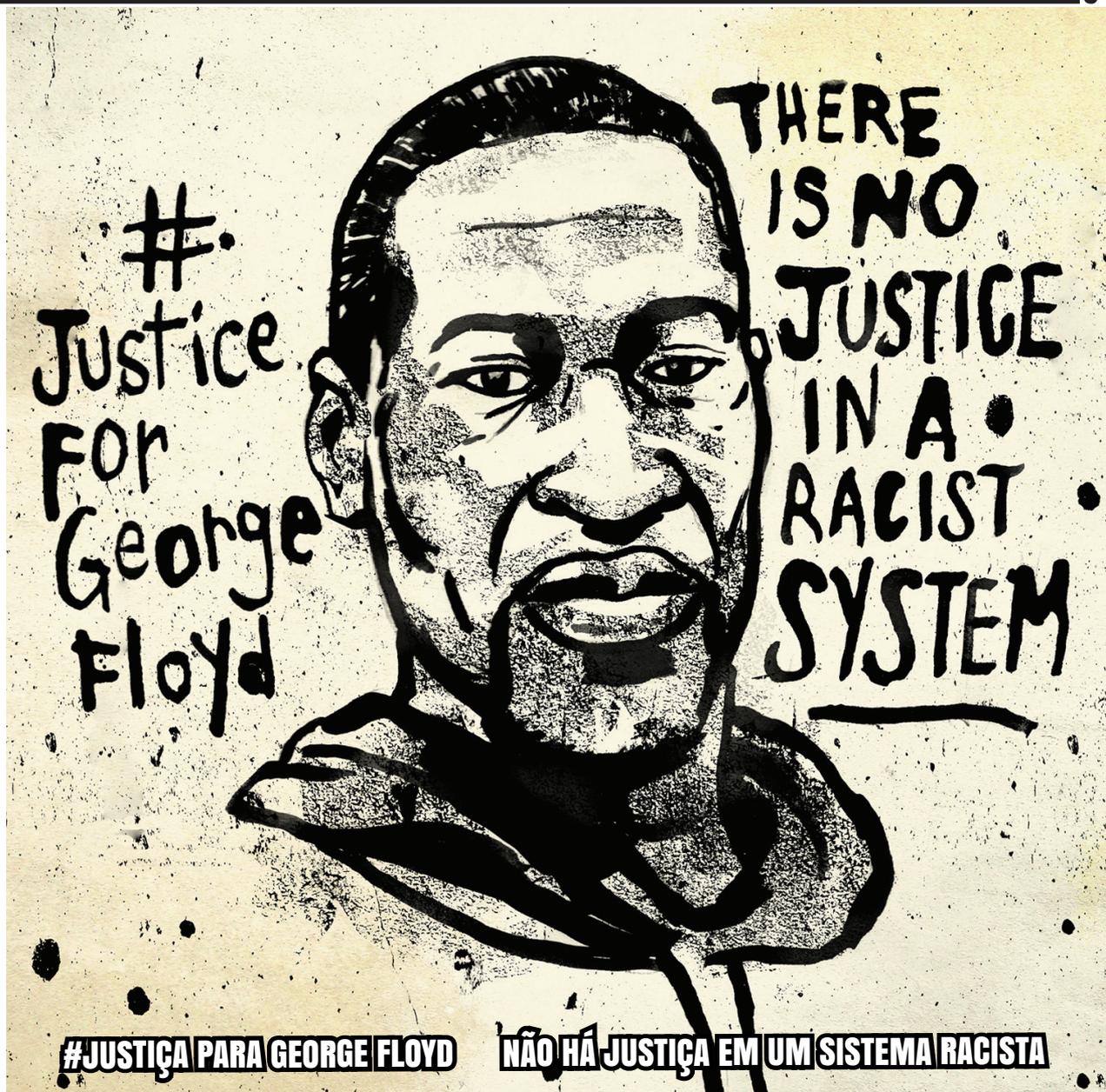
Um vídeo viralizado no ano passado mostra um homem negro estadunidense de braços no chão enquanto um policial está ajoelhado sobre seu pescoço. Mesmo com as súplicas do homem imobilizado falando “Por favor” e “Não consigo respirar” enquanto tenta sobreviver a este ataque policial. Mesmo com os apelos, o policial passa mais de 8 minutos pressionando o pescoço desse homem até que fique imóvel e quieto. A cena desse assassinato a sangue frio, na dita “maior democracia do mundo” ganhou o noticiário de todo o mundo em 2020. Trata-se da morte de George Floyd, um pai afro-americano de 46 anos de Minneapolis, que teve sua vida arrancada em mais um dos incontáveis casos de violência policial racista nos Estados Unidos.

Diante de mais esse ataque do Estado racista norte-americano, a população negra e não-negra do país gestou uma onda de revolta que resultou em uma onda de grandes insurreições populares em várias cidades estadunidenses. As massas se levantaram e incendiaram delegacias e prédios públicos demonstrando todo o seu ódio ao governo reacionário e racista.

Mesmo com “toques de recolher” e prisões em massa, que chegaram a encarcerar mais de quatro mil pessoas no país por lutar contra o racismo, o povo progressista dos Estados Unidos demonstrou grande combatividade e tomou as ruas do país por semanas, chegando inclusive a cercar a Casa Branca, o grande símbolo do imperialismo ianque, obrigando o então presidente Donald Trump, que tentava reduzir os protestos a “vandalismo” de “grupos terroristas”, a ter que se esconder em um bunker em sua própria casa.

Diante da grande mobilização dos protestos, outras denúncias de crimes racistas ganharam repercussão no ano passado. Passou a circular o vídeo do assassinato de Ahmaud Arbery, um jovem que foi morto por dois homens brancos por estar fazendo exercícios físicos nas ruas em uma cidade da Geórgia, além também do caso de Breonna Taylor, uma jovem que foi assassinada a tiros em sua cama, por agentes da polícia que cumpriam um mandado de busca e apreensão.

Os casos se somam ao conjunto macabro do racismo sobre o qual foi erguida a sociedade estadunidense. Desde a escravidão que condenou os negros arrancados da África ao inferno das plantations no Sul, passando pelos linchamentos e ataques da Ku Klux Klan no início do século XX, pela repressão a luta dos negros por direitos civis básicos que culminou no assassinato de Martin Luther King e Malcolm X, na violência e na difusão de heroína nas comunidades negras para breçar o avanço do Partido dos Panteras Negras e a violência policial generalizada das últimas décadas, as massas trabalhadoras afro-americanas são obrigadas a travar uma heroica luta contra o sistema capitalista-racista ianque, que os



condena a miséria e quando não, à morte.

Lá, tal qual aqui no Brasil, a violência policial é abertamente racista e generalizada. Não se tratam, como podem tentar defender os mais desavergonhados, de casos isolados de maus policiais. Trata-se sim, assim como nosso país, de uma visão institucionalizada de que os negros e pobres são inimigos e para os quais o aparato de repressão do Estado deve ser sempre aplicado.

E os afro-americanos sabem muito bem disso, assim como a população negra em nosso país. As revoltas populares que a mídia tenta categorizar como “distúrbios”, como o ocorrido em Los Angeles em 1992, após o espancamento do operário da Construção Civil Rodney King, que duraram seis dias e deixou 63 vítimas fatais e 2383 feridos, são a expressão desse estado de coisas em uma sociedade racista como a norte-americana.

Os negros nos Estados Unidos representam 13% da população, mas somam quase metade de todos os presos e presas no país. A taxa de encarceramento da população negra, de 1408 para cada 100 mil habitantes, é cinco vezes maior que a de brancos, que é de 275 para cada 100 mil. Também são 23% dentre as 1 mil pessoas que morreram em ações policiais.

Um cenário que também o povo brasileiro conhece bem. Em nosso país, 75 a cada 100 pessoas assassinadas são negras, segundo o mais recente anuário estatístico do Fórum Brasileiro de Segurança Pública. E o sistema carcerário também é formado por uma maioria negra (67%).

Quanto a taxa de emprego e renda per capita entre os negros em ambos países, os abismos também são visíveis; os brancos ganham, em média, quase o dobro do que os negros, assim como o desemprego afeta primordialmente jovens negros e negras.

Mesmo em dois países de história e formação distintas, o que podemos constatar é que o problema do racismo tem uma causa

fundamental nos dois países: o capitalismo.

Como aponta Fred Hampton, um dos grandes dirigentes do Partido dos Panteras Negras, também assassinado pelas forças policiais ianques, o racismo é um subproduto necessário do capitalismo, e a luta deve ser travada contra esse sistema e pelo socialismo. A luta contra o racismo é parte integrante da luta de classes. “Nós temos bastantes respostas para essas pessoas. Primeiramente, nós dizemos primariamente que a prioridade dessa luta é a classe. Que Marx e Lenin, Che e Mao Tsé-tung e todo o resto que já disseram ou conheceu ou praticou alguma coisa sobre revolução, sempre disse que a revolução é uma luta de classes. Havia uma classe – a oprimida – e aquela outra classe – a opressora. E isso tem de ser um fato universal. Aqueles que não admitem isso são aqueles que não querem se envolver na revolução, porque sabem que enquanto estão lidando com coisas raciais, nunca estarão envolvidos na revolução. Eles podem falar sobre números, podem pendurar você em muitos, muitos meios, mas assim que você começar a falar sobre classe, então você tem que começar a falar de armas. E isso é o que o Partido tinha que fazer. Quando o Partido começou a falar sobre luta de classes, nós achamos que tínhamos que falar sobre algumas armas. Se nós nunca negamos o fato de que havia racismo na América, mas dissemos que quando você, o subproduto, o que sai do racismo, que o capitalismo vem primeiro e depois vem o racismo. Que quando eles trouxeram escravos até aqui, o fizeram para ganhar dinheiro. Então a primeira ideia a surgir foi que nós queremos ganhar dinheiro, então os escravos vieram com o objetivo de gerar aquele dinheiro. Isso significa que, através de um fato histórico, o racismo tinha que vir do capitalismo. Tinha que ser o capitalismo primeiro e o racismo foi um subproduto daquilo”, disse Hampton em um discurso na Northern Illinois University em novembro de 1969.

Aumenta a exploração da mão de obra infantil em nosso país



O Brasil tem sua história marcada por transformações políticas, sócio-culturais e econômicas que carrega em si um sentido de incompletude, é como se o novo sempre se apresentasse com fortes características do que já é dado como velho. Trocando em miúdos, como diria Antônio Gramsci: “O presente contém todo o passado”. Quando o assunto é exploração do trabalho infantil, essa lógica de mantém. A existência do trabalho infantil, para nós brasileiros, aparece como uma herança maldita da escravidão colonialista, que insiste em se fazer presente até os dias de hoje. Acompanham essa realidade uma outra herança tenebrosa, que é o racismo. O racismo expressa-se como fator fundamental para manutenção da sociedade brasileira dentro de uma lógica que beneficia grandes corporações monopolistas mundiais, que enxergam no Brasil condições extraordinariamente favoráveis para obter lucros. Nesse sentido, o racismo se efetiva na forma como o Brasil se forjou como nação, ou seja, uma nação semicolônia submetida aos interesses imperialistas que, por sua vez, tem no racismo elemento fundamental para viabilizar a segregação social e, por esse caminho, facilitar o aprofundamento, cada vez mais trágico, da exploração da classe trabalhadora brasileira. Neste contexto, entre racismo e trabalho infantil tem questões que se misturam e se alimentam entre si. Para exemplificar a situação, conforme a Agência de Notícias do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) “O percentual de pessoas de cor branca em situação de trabalho infantil era bastante inferior (32,8%) àqueles de cor preta ou parda (66,1%)”.

Com o passar dos anos e com as formas atuais de dominação estrangeira, sobretudo após a Constituição Federal de 1988, o Brasil desenvolveu leis e políticas para proteção da criança e do adolescente, com destaque para a lei n. 8.069/1990, conhecida como Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) que se efetivou como marco regulatório para garantia de direitos humanos à criança e ao adolescente. Por outro lado, caminhando juntamente a esse processo, observamos políticas de redistribuição de renda mais presentes que acabam marcando a transição do governo do privatista FHC para os governos, igualmente privatistas, do PT. O auge dessas políticas compensatórias vem, propriamente dito, com os governos PT e o crescimento econômico apresentado a partir de uma lógica de economia de exportação das, assim chamada pela imprensa burguesa, commodities.

Esse contexto de aparente atenção às consequências derivadas da desigualdade social, como a fome, o trabalho infantil, o trabalho escravo e etc, fizeram com que se fosse vendida a sensação de que o Brasil finalmente tinha deixado de ser a nação do futuro e co-

meçasse, de fato, a se converter em nação do presente. Ledo engano, a crise capitalista que se apresentou antes mesmo da pandemia do coronavírus se colocar como peça do tabuleiro, somada a presença do corrupto governo Bolsonaro e os agravamentos próprios da pandemia, fizeram com que as máscaras de um país emergente caíssem. Hoje, voltamos a ser o que - fora do teatro dos discursos e das análises de uma mídia caluniosa - nunca deixamos de ser, uma nação que produz inúmeras riquezas e sofre historicamente com a rapina por parte das nações e corporações do imperialismo, seus representantes locais em Brasília e a burguesia parasitária local.

O trabalho infantil, neste contexto, demonstra essa realidade. Vamos a ela!

Um dos instrumentos importantes para se ter uma proteção mínima de crianças e adolescentes neste país é a assistência social, no entanto, a Lei Orçamentária Anual vem anunciando cortes significativos para promoção da política de assistência social para o povo brasileiro. É bem verdade que desde 2014 vemos, ano após ano, quedas sensíveis, mas chama atenção o valor diminuto dos - particularmente - anos de 2019 e 2020. Para 2019 foram destinados 1,94 bilhões e para 2020 1,36 bilhões de reais e com indicativo de diminuição ainda maior para 2021. Segundo o Repórter Brasil, “a redução de repasses pode chegar a 59,3%” do orçamento de 2020.

O que o contexto de desmonte da assistência social tem com a questão do trabalho infantil? Talvez o principal programa que busque - pelo menos em parte e guardando as devidas proporções dos objetivos de qualquer política pública em um contexto de subordinação aos interesses imperialistas - a erradicação do trabalho infantil não recebe verbas do governo federal desde 2019, o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) vem respirando por aparelhos nos municípios pela existência, ainda, de verbas remanescentes de outros governos. A consequência dessa limitação no emprego de verbas federais no PETI faz com que o programa defina e, o que já enfrentava sérios limites de execução, passa a se tornar praticamente inviável, sobretudo em municípios pequenos e com dificuldades de obtenção de divisas.

Se o PETI, por si só, não garantia plena eficácia no combate ao trabalho infantil; no contexto do último período, onde se aprofunda a exploração dos povos do mundo para dar solução a crise e com o sistemático combate, por parte do governo de Jair Messias Bolsonaro, a qualquer política que visa a proteção da criança e do adolescente, o problema se acentua tragicamente. E, assim, ao destruir as condições mínimas de combate ao trabalho infantil, Bolsonaro demonstra ao povo brasileiro que seu

compromisso é, somente, com os interesses de lucro dos capitalistas estrangeiros e a burguesia local que, juntos, perpetuam a rapina.

Segundo o site Criança Livre de Trabalho Infantil, no Brasil, o trabalho infantil “vitima 2,4 milhões de crianças e adolescentes [...]tanto no campo quanto nas regiões urbanas. Nos últimos anos, vem crescendo em especial entre a população mais vulnerável, de 5 a 9 anos”. Tal citação se deu em resposta a uma fala do corrupto Bolsonaro onde defendia, cinicamente, ser importante crianças “trabalharem”, uma vez que a aparente “inatividade” da criança é um caminho para o crime. Mas o presidente, como bom aliado de milicianos e traficantes, não citou que a escravidão e o tráfico não são, de maneira alguma, opostos. Mas, sobretudo, estão lado a lado como duas das 93 piores formas de trabalho infantil, de acordo com a Convenção 182 da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Outro fator agravante deriva do contexto da pandemia. A crise do capitalismo ganha aprofundamento particular por conta do Covid-19 e pela falta de interesse dos Estados capitalistas em resolver esta questão sanitária. No Brasil, essa nova realidade acelerou um processo já em curso que coloca milhões de brasileiros e brasileiras em situação de desemprego. Neste cenário mais ou menos inédito, as famílias empobrecidas são obrigadas a exporem suas crianças ao “mercado” de trabalho para ajudar na complementação da renda. Isso por dois fatores mais básicos, o primeiro e já citado diz respeito ao aumento sensível de adultos ativos em situação de desemprego; o segundo, também tratado de forma indireta nesse texto é a completa ausência de políticas que garantam condições econômicas e sociais adequadas para o enfrentamento das dificuldades próprias desse tempo. Mas ninguém faz isolamento social sem a proteção de seu emprego e políticas que garantam condições adequadas de vida.

Ainda que o IBGE mostra que, nos últimos anos, o índice que notifica o trabalho infantil vem diminuindo, indicando uma queda proporcional de 5,3% de crianças e adolescentes brasileiras em trabalho infantil em 2016, para 4,6% em 2019. No entanto, a realidade brasileira mostra certo descompasso com tal afirmação do IBGE. O tira-teima da questão, certamente, viria com os dados dos anos seguintes, mas o cenário que se apresenta é de números subnotificados.

Esta subnotificação que deriva, sobretudo, do desmonte das instituições de pesquisa, fiscalização e combate ao trabalho infantil coloca em dúvida tais dados e os dados subsequentes de 2020, 2021 e a contar. Conforme mostra, ainda, a reportagem do Repórter Brasil: “No primeiro semestre de 2020, o Disque 100 (Direitos Humanos) recebeu, em média, 10 denúncias por dia referentes à exploração da mão de obra infantil. O dado inédito, obtido pela reportagem via Lei de Acesso à Informação, aponta que em todo o país foram 1.859 registros em seis meses. Apesar de aparentar uma pequena queda comparado a 2019 - quando foram registradas 11 denúncias diárias -, o número do ano passado é considerado alto pelos especialistas, justamente por estar subnotificado em uma época atípica de isolamento social”.

Com o agravamento da crise capitalista no mundo, com a eliminação dos aportes jurídicos e de políticas sociais que assegurem o mínimo para nossas crianças e adolescentes e, ainda, somados ao contexto da pandemia, a história nos coloca em um momento onde a única alternativa para eliminação por completo da exploração capitalista de brasileiros e brasileiras - dos 5 anos até a morte - só poderá ser a destruição desse Estado burguês-latifundiário juntamente com seus representantes - sejam eles Bolsonaros ou Lulas - e, assim, possibilitando a construção de uma nação que seja, de fato, pertencente aos trabalhadores e camponeses desta terra.



O desemprego no Brasil: mulheres são as mais afetadas pela crise

De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a taxa média de desocupação da população brasileira para o ano de 2020 foi de 13,5% –, a maior desde 2012, ano em que a pesquisa foi implementada. Se olharmos os dados do último trimestre de 2020, a taxa média de desemprego foi de 13,9%; no trimestre móvel que compreende os meses de novembro de 2020 a janeiro de 2021, a taxa alcançou 14,2%. Isso significa que, até o mês de janeiro, cerca de 14,3 milhões de pessoas estavam desempregadas.

Ainda de acordo com o IBGE, de 2019 para 2020, 7,3 milhões de pessoas deixaram o mercado de trabalho. Segundo Adriana Beringuy, analista da PNAD: “Saímos da maior população ocupada da série, em 2019, com 93,4 milhões de pessoas, para 86,1 milhões em 2020. Ou seja, foi uma queda bastante acentuada e em um período muito curto, o que trouxe impactos significativos nos indicadores da pesquisa. Pela primeira vez na série anual, menos da metade da população em idade para trabalhar estava ocupada no país. Em 2020, o nível de ocupação foi de 49,4%”.

No caso das mulheres, os números são ainda mais estonteantes. A taxa média de desemprego entre as mulheres chegou a 16,4% em 2020, enquanto entre os homens chegou a 11,9%, revela o IBGE. Isso indica que a média de desocupação entre as mulheres brasileiras ficou acima da média anual, de 13,5%. Segundo o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE): “A taxa de desemprego das mulheres negras e não negras cresceu 3,2 e 2,9 pontos percentuais, respectivamente, sendo que a das mulheres negras atingiu a alarmante taxa de 19,8%”. Em números: “Entre o 3º trimestre de 2019 e 2020, o contingente de mulheres fora da força de trabalho aumentou 8,6 milhões, a ocupação feminina diminuiu 5,7 milhões e mais 504 mil mulheres passaram a ser desempregadas, segundo os dados da PNADC”.

“No 1º trimestre de 2020, o desemprego já registrava níveis elevados: 17,3% entre as mulheres negras e 11,3% entre as mulheres brancas. A taxa de desemprego das mulheres negras representava mais do que o dobro da dos homens brancos (8,4%). Por outro lado, entre aquelas que se inserem no mundo do trabalho, as condições são desfavoráveis. No 1º trimestre de 2020, 52,1% das mulheres negras e 43,8% das mulheres brancas entraram no mercado de trabalho por meio da informalidade, condição que se refere às pessoas que estão no emprego sem carteira, no emprego doméstico sem carteira e no trabalho por conta própria. Esta condição, na maior parte das vezes, se perpetua durante toda a trajetória laboral”, afirmou Marilene Teixeira, economista, pesquisadora do CESIT/IE-Unicamp e presidenta da SOF Sempre Viva Organização Feminista.

Além da preocupante taxa de desemprego, a crise econômica, agravada pela crise sanitária, corroborou a desigualdade salarial entre homens e mulheres. Segundo dados da PNAD Contínua, o rendimento médio, por hora, das mulheres negras e não negras, é de R\$10,95 e R\$18,15, respectivamente; dos homens negros é de R\$11,55 e não negros R\$20,79. Mesmo as mulheres com ensino superior completo ganham menos que os homens; em 2020, enquanto o salário médio dos homens graduados era cerca de R\$ 6000, as mulheres, com a mesmo grau de escolaridade, ganhavam uma média de R\$ 4000.

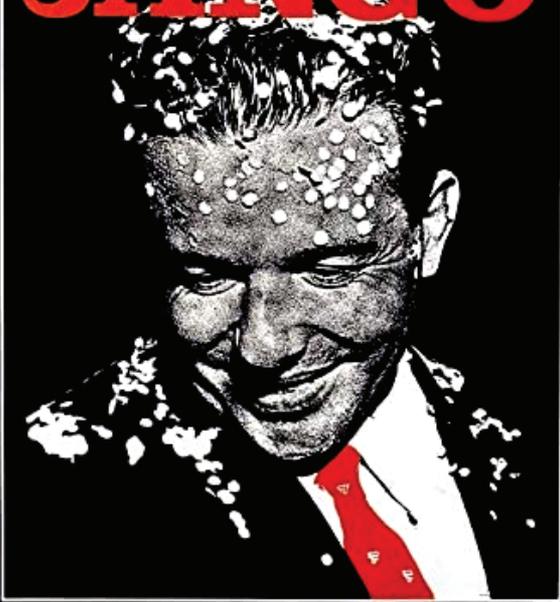
Os setores que mais empregam as mulheres em nosso país são os que oferecem serviços de limpeza, alimentação e comércio. “Em alojamento e alimentação, categoria em que 58% dos profissionais são mulheres, a queda foi de 51%. Nos serviços domésticos, em que 86% dos profissionais ocupados são mulheres, a queda foi de 46%. Em educação, saúde e serviços sociais, a queda foi de 33% – áreas em que 76% dos profissionais são mulheres”. Muito inseridas no trabalho informal – condição em que vive 39,7% dos cerca de 86 milhões de brasileiros ocupados, segundo dados do IBGE

referentes ao trimestre encerrado em janeiro do ano corrente –, as mulheres também viram ameaçados seus postos de trabalho na informalidade. No emprego doméstico, por exemplo, o total de 5,8 milhões de mulheres que estavam ocupadas no setor em 2019, caiu para 4,2 milhões em 2020, desse total, 3,1 milhões trabalham sem carteira assinada.

A análise da enquete intitulada “Sem parar: o trabalho e a vida das mulheres na pandemia”, parte da constatação de que as condições de inserção e permanência das mulheres, sobretudo no mundo do trabalho, foram bastante fragilizadas com a crise econômica. Essa fragilização foi ampliada com as políticas de austeridade fiscal dos últimos cinco anos. A Emenda Constitucional 95, também conhecida como Emenda Constitucional do Teto dos Gastos Públicos, e a crise econômica sem precedentes acirraram o desemprego e a desigualdade. Contudo, o fato de as mulheres ficarem sem emprego não significou menos trabalho, mais da metade das brasileiras passou a cuidar de alguém na pandemia e, segundo a enquete citada acima, 57% das mulheres que passaram ao regime de trabalho remoto durante a pandemia declararam que a carga de trabalho doméstico aumentou consideravelmente.

No Brasil, a taxa de mulheres no mercado de trabalho é a menor dos últimos 30 anos e a volta ao trabalho será mais lenta do que para os homens, segundo especialistas entrevistados pela Folha de S. Paulo. As condições de obtenção de emprego também são piores devido a dupla jornada e a responsabilidade de cuidar da casa e dos filhos. Esse cenário, faz com que mulheres sejam relegadas a posições inferiores em nossa sociedade, sofrendo mais agudamente as consequências da crise econômica e social que o Brasil atravessa. É necessário que se trave uma ampla luta contra todos os efeitos da ideologia decadente que sustenta a visão de inferioridade da mulher, bem como que estas tomem parte ativa, como lhes cabe de direito, na árdua batalha pela construção de uma sociedade sem exploração.

JANGO


JANGO

Como, quando e porque se depõe um presidente da República

 Um filme de
Silvio Tendler

Na primeira metade da década de 1980, ao passo em que irrompiam os movimentos de massa que clamavam pelo fim da Ditadura Empresarial-Militar de nosso País, o documentário Jango, de Silvio Tendler, resgatava as memórias dos grandes embates do povo trabalhador contra o regime fascista nos idos dos anos 1960. Antes disso, o roteiro remonta os primeiros passos de João Belchior Marques Goulart (o Jango) na política, desde quando fora eleito presidente do PTB em São Borja-RS, sua cidade natal, passando pelo momento em que aceitou o cargo de Ministro do Trabalho no governo de Getúlio Vargas, em 1953, chegando até a sua ascensão como vice-presidente, entre 1956 e 1961. E, obviamente, a narrativa acompanha de perto todos os acontecimentos políticos compreendidos entre a sua escalada à presidência da República, em 1961, até a preparação e arremate do Golpe Militar, em 1º de abril de 1964, que o depôs.

A película, narrada pelo saudoso José Wilker e com trilha sonora dos mineiros Wagner Tiso e Milton Nascimento, ainda traz os valorosos depoimentos da filha de João Goulart, Denize Goulart, de Gregório Bezerra, Francisco Julião e do jornalista Marcos Sá

Jango: como, quando e porque se depõe um presidente

Corrêa, que revela informações sobre a operação Brother Sam – a atestação do envolvimento ianque com o Golpe.

O slogan do filme à época – “Como, quando e por que se derruba um presidente?” – resume bem os intentos do diretor. O documentário constitui, de fato, o quadro de uma época: a partir de sua abordagem – a trajetória de Jango –, Tendler faz uma fidedigna análise da conjuntura política e econômica daquele Brasil. Ainda nos anos 1950, a pressão imperialista se avolumava desde quando Vargas, figura de expressão nacionalista, passou a esposar as teses de exploração estatal do petróleo. Via IPES (Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais) e IBAD (Instituto Brasileiro de Ação Democrática), o imperialismo colonizava as fontes de informação, fazendo com que boa parte da mídia burguesa, congressistas e acadêmicos, teleguiados por Washington, propugnassem por pautas desnacionalizantes e entreguistas – trocando em miúdos: armava-se o cenário pré-Golpe de Estado. A blitz publicitária contra Vargas tomou vulto e, depois do atentado contra Lacerda, como sabemos, o seu fim foi calamitoso. O suicídio de Vargas frustrou as tentativas de Golpe que se articulavam pelos rincões do Estado burguês-latifundiário brasileiro, o que serviu para reanimar velhos ânimos nacional-democráticos. Foi neste quadro que se deu a ascensão de João Goulart, que, primeiro como vice-presidente de JK, mostrou-se pró-políticas democratizantes e de maior participação do proletariado e do campesinato na vida política brasileira.

Depois da renúncia de Jânio Quadros, a caserna viu a oportunidade perfeita para rearticular o projeto de ruptura. João Goulart, vice de Jânio (por conseguinte, o primeiro na linha de sucessão presidencial), à essa altura estava na República Popular da China, em missão diplomática que contrariava, ao mesmo tempo, os reacionários brasileiros e o imperialismo estadunidense, pró-cerco ideológico e econômico contra os países socialistas. Estava posta a nova contenda: os militares se colocaram contra a posse de Jango, ameaçando inclusive

derrubar o seu avião que retornava do Oriente; Brizola, então governador do RS, ao saber da ingerência verde-oliva, organizou uma resistência popular – conhecida como Campanha da Legalidade – em prol do cumprimento do que mandava a Constituição, a saber, a posse de Jango. Com poderes limitados, e cada vez mais sob a mira de baionetas, João Goulart assumiria a presidência daquele Brasil marcado por uma crise política sem precedentes.

E o resto é (triste) História: com parcelas do povo psicologicamente preparadas pela mídia reacionária, os militares voltaram à carga e, sob o pretexto de que Jango se aproximava cada vez mais do “comunismo” (anote-se: o presidente queria implementar reformas de base nos setores educacional, fiscal e agrário; reformas com anseios democrático-burgueses, que passavam ao largo de qualquer proposição socialista ou comunista, mas que se chocavam com os interesses de Washington), aplicaram um Golpe de Estado, à 1º de abril de 1964. Forçado ao exílio, Jango só pôde retornar ao País morto, dentro de um caixão, em 1976.

Silvio Tendler lançou mão de um manifesto político em forma de filme, uma vez que cravou na filmografia brasileira registro dos (ainda correntes) antagonismos, tanto entre o imperialismo e a nação oprimida quanto entre as classes sociais fundamentais da sociedade brasileira, que repontam a cada passo de nossa História, como repontaram durante os anos João Goulart. Um personagem que não fora um revolucionário, mas por levantar a bandeira de reformas estruturais de caráter democrático-burguês, foi golpeado pelas industriadas Forças Armadas, o que facultou ao imperialismo estrangeiro o domínio completo sobre a nossa nação. Numa apreensão crítica, a ausência de enfrentamento direto contra as forças reacionárias mediante a mobilização popular, por parte de João Goulart, deve ser entendida não como um “ato covarde”, e sim como a manifestação prática do caráter vacilante e inconsequente do nacionalismo burguês.

BRASIL: PELA SEGUNDA E DEFINITIVA INDEPENDÊNCIA

A luta pela redução da jornada de trabalho, sem redução de salário



A redução da jornada de trabalho, sem redução de salário é a única forma da classe trabalhadora se beneficiar dos avanços tecnológicos alcançados pela humanidade. Vale dizer, se os avanços tecnológicos só beneficiam uns poucos, esses se humanizam, mas os trabalhadores se brutalizam. É isso que vem ocorrendo nas últimas três décadas pelo menos. A burguesia se apropria do desenvolvimento tecnológico, mas impõe ao proletariado jornadas de trabalho cada vez mais longas, trabalho análogo à escravidão, desemprego, etc. Profissionais de educação e saúde com dois cargos ou mais, aliados à jornada doméstica, estão submetidos às jornadas de trabalho brutalizantes e não humanizantes. Pro-

fissionais de outras categorias sofrem a mesma sorte. Alguns casos ficaram evidentes recentemente, como os caminhoneiros, cuja greve realizada em 2018 expôs a dura realidade de uma categoria que precisa se drogar para cumprir sua jornada.

Como se pode ver, a melhoria das condições de vida daqueles que trabalham, nunca foi o resultado automático do progresso. Ao contrário, o estabelecimento de limites para a jornada de trabalho e outros direitos para a nossa classe, como salário-mínimo, descanso semanal pago, licença-maternidade, etc., foram conquistados com muita luta e sacrifícios das gerações anteriores.

Nos dias que vivemos, os operários, ser-

vidores públicos, trabalhadores do comércio e outros serviços, devem fortalecer os seus sindicatos, se associando a eles e cobrarem deles a organização da luta unificada, pela redução da jornada de trabalho sem redução de salários. A redução da jornada com redução de salário não resolve o problema, pois o que se ganha com a redução da jornada, perde-se com a redução do salário, na medida em que há uma redução do poder de compra dos trabalhadores.

Por essas razões, a campanha Brasil: Pela Segunda e Definitiva Independência tem essa reivindicação em seu programa e busca reimpulsionar a luta pela redução de jornada sem redução de salários, unindo a bandeira verde-amarela da nossa pátria com a bandeira vermelha da luta proletária, pois trabalhadores desorganizados se tornam uma massa cada vez mais esmagada pelos capitalistas. Neste Primeiro de Maio, a sagrada data de celebração da luta dos trabalhadores de todo o mundo, os militantes e apoiadores da campanha fizeram propaganda desta pauta nos mais variados meios, para reforçar a necessidade de se levantar a bandeira por essa luta pela redução da jornada menor, com salário igual.